

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" AME Interlagos - Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO LIBANÊS

Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS Unidade Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos

CNPJ nº 09.538.688/0006-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)							
Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante				Passivo circulante			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	918.912	2.258.840	Fornecedores	9	539.031	446.218
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	-	-	Obrigações trabalhistas	10	1.615.063	1.922.847
Estoques	6	64.058	89.682	Obrigações tributárias de terceiros	11	27.488	28.668
Créditos diversos	7	14.685	60.346	Outras contas a pagar		774	783
Total do ativo circulante		997.655	2.408.868	Total do passivo circulante		2.182.356	2.398.516
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		-	18.522	Provisão para demandas judiciais	12	30.408	180.922
Imobilizado	8	586.805	734.259	Subvenções de investimentos a realizar	13	831.715	18.217
Total do ativo não circulante		586.805	752.781	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	14	586.805	734.259
Total do ativo		1.584.460	3.161.649	Total do passivo não circulante		1.448.928	933.398
				Patrimônio líquido	15		
				(Déficits) superávits acumulados		(170.265)	1.272.424
				(Déficit) do exercício		(1.876.559)	(1.442.689)
				Total do patrimônio líquido		(2.046.824)	(170.265)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.584.460	3.161.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	(Déficits) superávits acumulados	(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	127.797	1.144.627	1.272.424
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado	1.144.627	(1.144.627)	-
Déficit do exercício	-	(1.442.689)	(1.442.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.272.424	(1.442.689)	(170.265)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	(1.442.689)	1.442.689	-
Déficit do exercício	-	(1.876.559)	(1.876.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(170.265)	(1.876.559)	(2.046.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
--	--	--	--

1. Contexto Operacional - 1.1 Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") - O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 - Imunidade Tributária** - O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **1.3 Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0006-47, localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120, Interlagos. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.070/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012 por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.000.045/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 71,1 milhões. O repasse de janeiro a dezembro de 2019 deste instrumento é de R\$ 14,1 milhões. Para 2020 o montante estimado é de R\$ 15,2 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2020. **1.4 Plano da Administração para o AME Interlagos** - O Ambulatório Médico de Especialidades Dra. Maria Cristina Cury (AME Interlagos) encerrou o exercício de 2019 com déficit de R\$ 1,9 milhão, gerando patrimônio líquido a descoberto de R\$ 2,04 milhão, com o passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$ 1,185 milhão. A composição de fatores para geração do déficit operacional vem ocorrendo desde o final de 2018. Na ocasião, a Secretaria Estadual da Saúde decidiu efetuar um corte de 50% no valor da parcela mensal de repasse entre os meses de dez/18 a mar/19, o que correspondeu a redução total de receita neste período, na ordem de R\$ 2,6 milhões. Paralelo a isso, ocorreu também o incremento no percentual de cumprimento das metas de atendimento pactuadas, elevando o índice de 85% para 90%. Essas questões colaboraram para que a unidade fechasse o ano de 2019 com déficit operacional. O plano orçamentário da unidade para 2020, definido pela SES, considerou aumento de 3,5% no valor do repasse mensal, valor ainda insuficiente para garantir o equilíbrio financeiro da unidade para 2020. A Diretoria Executiva do IRSSL negocia paralelamente com a SES, a repactuação no modelo de atendimento da unidade, com redução de consultas ambulatoriais e aumento de cirurgias eletivas de baixa complexidade. Considerando os fatores pontuais acima citados, a governança da unidade reitera a expectativa de revisão de valores do contrato de gestão para 2020 e mantém como principais direcionadores a manutenção das boas práticas de gestão, o controle de despesas e a gestão de custos, acreditando serem fatores importantes para o trazer um fôlego e garantir o equilíbrio financeiro da unidade no ano de 2020, iniciando o processo de reversão do patrimônio líquido negativo da unidade, já a partir de 2020. **2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas - a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo orientações previstas na ITG 2002 (1) - Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo conselho de administração do Instituto em 24 de março de 2020. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as

incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 8** - valor residual do ativo imobilizado; • **Nota explicativa 12** - provisão para demanda judicial. **Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 22 - instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações contábeis** - As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3 Principais práticas contábeis** - As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Recursos vinculados a projetos** - Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. **b. Estoques** - Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos
10
10
10
10
10
5
5
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. d. Redução ao valor recuperável - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. e. Obrigações trabalhistas - Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. g. Provisão para demandas judiciais - O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas operacionais			
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	16	14.213.347	13.812.924
		14.213.347	13.812.924
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	17	(13.402.521)	(13.052.695)
Utilidade pública	18	(458.778)	(394.412)
Serviços profissionais	19	(1.559.339)	(1.464.277)
Depreciações	8	(160.498)	(147.586)
Contingências	12	54.088	(83.485)
Outras (despesas) operacionais	20	(591.028)	(298.922)
		(16.118.076)	(15.441.377)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		(1.904.729)	(1.628.453)
Despesas financeiras	21	(11.769)	(5.899)
Receitas financeiras	21	39.939	191.663
Receitas financeiras, líquidas	21	28.170	185.764
(Déficit) do exercício		(1.876.559)	(1.442.689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)			
		31/12/2019	31/12/2018
(Déficit) do exercício		(1.876.559)	(1.442.689)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(1.876.559)	(1.442.689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais - R\$)			
		31/12/2019	31/12/2018

(Fluxos de caixa das atividades operacionais)			
(Déficit) do exercício		(1.876.559)	(1.442.689)
Ajustes por			
Provisão para contingências		(54.088)	83.485
Depreciações		160.498	147.586
Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos			
Recursos financeiros vinculados a projetos		1.339.928	950.065
Estoques		25.624	(20.666)
Créditos diversos		45.661	(33.472)
Depósitos judiciais		18.522	27.045
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		92.813	62.758
Obrigações trabalhistas		(307.784)	530.359
Obrigações tributárias		(1.180)	6.234
Outras contas a pagar		(9)	(108)
Contingências pagas		(96.426)	(14.370)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado		(160.498)	(147.586)
Subvenções de Investimentos à Realizar		813.498	(148.641)
Caixa líquido pelas atividades operacionais		-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado		36.735	161.176
Adições no imobilizado		(36.735)	(161.176)
Caixa líquido das atividades de investimento		-	-
Varição de caixa e equivalentes de caixa		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		-	-
Varição de caixa e equivalentes de caixa		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais** - Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício** - As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários** - As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter feito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) - Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Ambulatório Médico de Especialidades “Maria Cristina Cury” - AME Interlagos

CNPJ nº 09.538.688/0006-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento - O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018		Recursos de Investimentos		Recursos Recebidos		Recursos Recebidos - Custeio		Recursos a Receber 31/12/2019	
	de Custeio	Investimentos	Investimentos	Recebidos	Recebidos	Custeio	Recebidos	Recebidos	de Custeio	Investimentos
Amb. de Especialidades Interlagos	14.055.252	822.463	822.463	(822.463)	(14.055.252)	-	-	-	-	-

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017		Recursos de Investimentos		Recursos Recebidos		Recursos Recebidos - Custeio		Recursos a Receber 31/12/2018	
	de Custeio	Investimentos	Investimentos	Recebidos	Recebidos	Custeio	Recebidos	Recebidos	de Custeio	Investimentos
Amb. de Especialidades Interlagos	13.677.873	-	-	(12.535)	(13.665.338)	-	-	-	-	-

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio", compostos dos termos de retratificação números 01/2019, 02/2019 e 03/2019, totalizando R\$ 14.055.252. Os recursos de investimentos provenientes dos termos de aditamentos número 04/2019, para aquisição de equipamento (mamógrafa digital) R\$ 645.000 e número 05/2019, para implantação do Ame Mais R\$ 177.463, totalizando R\$ 822.463.

6 Estoques	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	29.781	-	26.218	-
Medicamentos, materiais médico-cirúrgico e enfermagem	34.277	63.464	64.058	89.682

7 Créditos diversos	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Adiantamentos a funcionários	12.160	48.148	2.525	12.198
Despesas a apropriar	2.525	12.198	14.685	60.346

8 Imobilizado	Taxas anuais de depreciação		Depreciação acumulada		2019		2018	
	Custos	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Instalações	128.181	128.181	128.181	120.704	107.886	120.704	107.886	120.704
Móveis e utensílios	433.613	433.613	433.613	150.394	114.769	150.394	114.769	150.394
Máquinas e equipamentos médicos	815.608	815.608	815.608	417.525	353.396	417.525	353.396	417.525
Máquinas e equipamentos em geral	92.273	92.273	92.273	37.125	10.754	37.125	10.754	37.125
Software e hardware	181.255	181.255	181.255	8.511	-	8.511	-	8.511
Total	1.650.930	1.650.930	1.650.930	734.259	586.805	734.259	586.805	734.259

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2019	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Instalações	128.181	-	128.181	-	-	-	128.181	-
Móveis e utensílios	423.258	10.486	433.744	(131)	-	-	433.613	-
Máquinas e equipamentos médicos	789.359	26.249	815.608	-	-	-	815.608	-
Máquinas e equipamentos em geral	107.317	(15.044)	92.273	-	-	-	92.273	-
Software e hardware	193.110	(11.855)	181.255	-	-	-	181.255	-
Total custo	1.641.225	36.735	1.650.930	(27.030)	1.650.930	1.650.930	1.650.930	1.650.930

Depreciação	Saldo em 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2019	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Instalações	(7.477)	(12.818)	-	-	-	-	(20.295)	-
Móveis e utensílios	(272.864)	(45.980)	-	-	-	-	(318.844)	-
Máquinas e equipamentos médicos	(371.834)	(90.378)	-	-	-	-	(462.212)	-
Máquinas e equipamentos em geral	(70.192)	(11.322)	(5)	-	-	-	(81.519)	-
Software e hardware	(184.599)	-	3.344	-	-	-	(181.255)	-
Total depreciação	(906.966)	(160.498)	(1.067.464)	3.339	(1.064.125)	(1.064.125)	(1.064.125)	(1.064.125)

Saldo líquido	Saldo em 31/12/2017		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Instalações	-	128.181	-	-	-	-	128.181	-
Móveis e utensílios	411.275	11.983	423.258	-	-	-	423.258	-
Máquinas e equipamentos médicos	789.359	-	789.359	-	-	-	789.359	-
Máquinas e equipamentos em geral	86.305	21.012	107.317	-	-	-	107.317	-
Software e hardware	193.110	-	193.110	-	-	-	193.110	-
Total custo	1.480.049	161.176	1.641.225	-	1.641.225	1.641.225	1.641.225	1.641.225

Depreciação	Saldo em 31/12/2017		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Instalações	-	(7.477)	-	-	-	-	(7.477)	-
Móveis e utensílios	(229.472)	(43.392)	-	-	-	-	(272.864)	-
Máquinas e equipamentos médicos	(287.934)	(83.900)	-	-	-	-	(371.834)	-
Máquinas e equipamentos em geral	(61.561)	(8.631)	-	-	-	-	(70.192)	-
Software e hardware	(180.413)	(4.186)	-	-	-	-	(184.599)	-
Total depreciação	(759.380)	(147.586)	(906.966)	-	(906.966)	(906.966)	(906.966)	(906.966)

9 Fornecedores	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Fornecedores nacionais	539.031	446.218	539.031	446.218

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

Vencidos (a)	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
A vencer até 30 dias	114.992	24.465	421.401	407.922
A vencer de 31 a 180 dias	421.401	407.922	2.638	13.831
	539.031	446.218	539.031	446.218

(a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legal de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

10 Obrigações trabalhistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Provisão para férias e encargos sobre férias	862.009	852.354	463.637	774.928
Salários e ordenados a pagar	289.417	295.565	1.615.063	1.922.847

reconhecida no resultado. **(iii) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos** - O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento por arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2019, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Instituto não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

4 Recursos financeiros vinculados a projetos	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Caixa e bancos	774	1.081	918.138	2.257.759
Aplicações financeiras	918.138	2.257.759	918.912	2.258.840

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2018 a remuneração ficou em 81% a 84% do CDI).

5 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Amb. de Especialidades Interlagos	-	-	-	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018		Recursos de Investimentos		Recursos Recebidos		Recursos Recebidos - Custeio		Recursos a Receber 31/12/2019	
	de Custeio	Investimentos	Investimentos	Recebidos	Recebidos	Custeio	Recebidos	Recebidos	de Custeio	Investimentos
Amb. de Especialidades Interlagos	14.055.252	822.463	822.463	(822.463)	(14.055.252)	-	-	-	-	-

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017		Recursos de Investimentos		Recursos Recebidos		Recursos Recebidos - Custeio		Recursos a Receber 31/12/2018	
	de Custeio	Investimentos	Investimentos	Recebidos	Recebidos	Custeio	Recebidos	Recebidos	de Custeio	Investimentos
Amb. de Especialidades Interlagos	13.677.873	-	-	(12.535)	(13.665.338)	-	-	-	-	-

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio", compostos dos termos de retratificação números 01/2019, 02/2019 e 03/2019, totalizando R\$ 14.055.252. Os recursos de investimentos provenientes dos termos de aditamentos número 04/2019, para aquisição de equipamento (mamógrafa digital) R\$ 645.000 e número 05/2019, para implantação do Ame Mais R\$ 177.463, totalizando R\$ 822.463.

6 Estoques	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	29.781	-	26.218	-
Medicamentos, materiais médico-cirúrgico e enfermagem	34.277	63.464	64.058	89.682

7 Créditos diversos	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Adiantamentos a funcionários	12.160	48.148	2.525	12.198
Despesas a apropriar	2.525	12.198	14.685	60.346

8 Imobilizado	Taxas anuais de depreciação		Depreciação acumulada		2019		2018	
	Custos	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Instalações	128.181	128.181	128.181	120.704	107.886	120.704	107.886	120.704
Móveis e utensílios	433.613	433.613	433.613	150.394	114.769	150.394	114.769	150.394
Máquinas e equipamentos médicos	815.608	815.608	815.608	417.525	353.396	417.525	353.396	417.525
Máquinas e equipamentos em geral	92.273	92.273	92.273	37.125	10.754	37.125	10.754	37.125
Software e hardware	181.255	181.255	181.255	8.511	-	8.511	-	8.511
Total	1.650.930	1.650.930	1.650.930	734.259	586.805	734.259	586.805	734.259

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2019	
	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação	Saldo	Variação
Instalações	128.181	-	128.181	-	-	-	128.181	-
Móveis e utensílios	423.258	10.486	433.744	(131)	-	-	433.613	-
Máquinas e equipamentos médicos	789.359	26.249	815.608	-	-	-	815.608	-
Máquinas e equipamentos em geral	107.317	(15.044)	92.273	-	-	-	92.273	-
Software e hardware	193.110	(11.855)	181.255	-	-	-	181.255	-
Total custo	1.641.225	36.735	1.650.930	(27.030)	1.650.930	1.650.930	1.650.930	1.650.930

Depreciação	Saldo em 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2019	
	Saldo	Variação						

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Ambulatório Médico de Especialidades “Maria Cristina Cury” - AME Interlagos

CNPJ nº 09.538.688/0006-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2019 e de 2018. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos); • O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea “d”, inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/

CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	31/12/2019	31/12/2018
Receita dos contratos de gestão - Estadual	14.213.347	13.812.924
ISS 5%	710.667	690.646
PIS 0,65%	92.387	89.784
COFINS 3%	426.400	414.388
Total	1.229.454	1.194.818
Déficit (superávit) do exercício	(1.876.559)	(1.442.689)
IRPJ e CSLL 34%	-	-
Receita com doações	-	-
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	-	-
Total das estimativas e principais renúncias	1.229.454	1.194.818

24 Isenção de INSS cota patronal - Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes

RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015). Em 07/08/2018 foi apresentado requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.136428/2018-58. Em 29 de julho de 2019 foi publicada a Portaria nº 900 que tornou público o indeferimento do pedido de renovação do CEBAS. Em 12 de setembro de 2019 foi apresentado o recurso administrativo, nos termos do art. 26 da lei nº 12.101/2009, sendo indevido o provisionamento enquanto não encerre a fase recursal na esfera administrativa. Até a data desta publicação não houve retorno quanto a apresentação do recurso. Em atendimento ao disposto na alínea “d”, inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2019 e 2018 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e encargos	10.083.006	10.159.038
Total da estimativa de isenção (Consolidado)	2.738.544	2.759.195
INSS cota patronal (27,16%)	2.738.544	2.759.195

Maria Angela Atallah Presidente do Conselho Administrativo do Instituto	Mario Sergio Cutait Membro do Conselho Administrativo do Instituto	Gérferson Alcantara Antunes Diretor Executivo	Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil	Ricardo Briquenzi Bezerra Contador CRC 1SP250100/O-3
---	--	---	--	---

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos - AMEI São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” do Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos - AMEI (“Entidade”), filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos - AMEI, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31

de dezembro de 2018 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava capital de giro negativo de R\$ 1.184.701 e patrimônio líquido negativo em R\$ 2.046.824 e déficit do exercício de R\$ 1.876.559. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição - As demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Ambulatório Médico de Especialidades Interlagos e Secretaria Estadual da Saúde.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “carve-out” - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out” - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês Unidade Ambulatório Médico de Especialidades “Maria Cristina Cury” - AME Interlagos

CNPJ nº 09.538.688/0006-47

Relatórios de Atividades Assistenciais

Demonstrativo de Produção Assistencial: Demostramos abaixo o relatório de execução técnica, referente a produção assistencial do exercício de 2019, referente ao contrato de Gestão nº 001.0500.000.045/2016.

271 - Consultas Médicas	1º Semestre		2º Semestre		572 - Atividade Cirúrgica	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Primeiras Consultas Rede	18.000	17.447	18.000	17.634	Cirurgias ambulatoriais cma (dermato e oftalmo)	1.500	1.535	1.500	1.647
Interconsultas	3.000	3.891	3.000	4.908	Total	1.500	1.535	1.500	1.637
Consultas Subseqüentes	27.000	23.965	27.000	22.407	272 - Consultas Não Médicas/ Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Semestre		2º Semestre	
Total	48.000	45.303	48.000	44.949		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
					Consultas Não Médicas	9.000	10.761	9.000	8.726
					Procedimentos Terapêuticos (sessões)	18.000	17.779	18.000	17.610
					Total	27.000	28.540	27.000	26.336
275 - SADT Externo	1º Semestre		2º Semestre		571 - Atividade Cirúrgica	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Diagnóstico por Radiologia	180	233	180	145	Cirurgias ambulatoriais CMA	240	226	240	235
Diagnóstico por Endoscopia	600	573	600	580	Total	240	226	240	235
Métodos Diagnósticos em Especialidades	900	1.223	900	990					
Total	1.680	2.029	1.680	1.715					

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

